



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



48

*Discurso na reunião do Conselho
Coordenador das Ações Federais
no Estado do Rio de Janeiro*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE ABRIL DE 1995

Meu Governo nasceu do compromisso inarredável com a estabilidade dos preços, condição essencial para a retomada do desenvolvimento sustentado do País. Mas sempre tenho deixado claro que essa tarefa não poderia ser realizada somente pelo Estado, requerendo a participação dos diferentes segmentos da sociedade. Também adverti que não se consumaria num ato único, esclarecendo que o Plano Real era o ponto de partida para reverter a situação. A maioria do povo o aprovou nas urnas. Defendê-lo não é apenas o nosso compromisso, mas o nosso mandato.

A partir de minha posse, venho concentrando a atuação do Governo no sentido de honrar a expressiva demonstração popular de confiança no Real, implementando as políticas de curto prazo, no campo cambial, monetário e orçamentário, condizentes com a meta da estabilidade dos preços. O resultado está refletido nos índices remanescentes de inflação, que se mantêm no nível mais baixo das últimas décadas, a despeito de não adotarmos congelamento, evidenciando mais uma vez que a identificação entre o Governo e o povo alarga as fronteiras do possível e nos permite fazer o que é necessário.

Contudo, temos plena consciência de que os beneficiários da economia inflacionária não se rendem facilmente. Eles alimentaram hábitos e formas de comportamento que se traduzem numa verdadeira cultura da inflação. Por isso é nossa obrigação ficarmos vigilantes. Com esse espírito, enfrentamos a onda especulativa que se seguiu às recentes mudanças na política cambial. Reagimos na hora certa, com a força adequada, e defendemos a estabilidade do Real. Faremos isso sempre que necessário.

Reitero que estabilidade dos preços não exclui o crescimento econômico. De fato, depois de quase uma década de estagnação, pontuada por surtos de crescimento, que nada mais eram que breves assimilações de capacidade ociosa, creio que finalmente abrimos um ciclo de crescimento sustentado, apoiado tanto na expansão do mercado interno quanto na competitividade externa de nossas exportações.

Contudo, não podemos esquecer que o Brasil não é apenas um sistema econômico que precisa expandir a sua produção de bens, mas, acima de tudo, é uma população que, em sua grande e sacrificada maioria, exige empregos e uma distribuição mais equitativa de bens.

Dispondo de uma relevante estrutura de produção, o nosso país acha-se manietado para dar-lhe a devida utilização, por carência de capitais e excesso de participação do Estado em atividades empresariais, com grave prejuízo a todos os serviços públicos que lhe são atinentes.

Nessas condições, torna-se óbvio que se impõem medidas para, de um lado, atrair capitais estrangeiros que se disponham a investir em nosso território e, de outro, reduzir a atuação estatal na economia, substituindo-a paulatinamente por empreendimentos privados.

Esses imperativos terão de ser atingidos, ultrapassando-se a barreira de preconceitos ideológicos, alimentados por grupos corporativistas useiros em forjar agitações, visando a sobrepor seus interesses setoriais aos reclamos e anseios da sociedade. E, bem assim, cumpre-nos alijar a pregação de diretrizes que falsamente se apregoam de cunho nacionalista e apenas refletem a má-fé de seus adeptos ou a ignorância das mudanças que ora assinalam um novo tempo na história.

Qualquer pessoa de bom senso que estenda seu olhar para além de nossas fronteiras apercebe-se de transformações extraordinárias que

estão ocorrendo em todos os continentes, abrangendo os sistemas e regimes políticos que caracterizam o século que se encerra. Constatá que não somente se extinguiu o capitalismo estatal, que indevidamente se denominava de socialismo, como também sofreu reformas radicais o capitalismo liberal.

Delinieia-se, neste momento, um novo sistema econômico mundial, que, ao contrário do que julgam os críticos precipitados, não significa um mero retrocesso a práticas anti-sociais. Trata-se de uma revolução que libera os grandes fundos de capital do controle de agentes privados e até dos governos, cujos Bancos Centrais não conseguem orientar nem dimensionar o fluxo que se desencadeia em transferências internacionais provocadas por informações que, incessantemente, chegam aos computadores de corretoras instaladas nos mais diversos fusos horários. Esse inédito movimento de capitais prenuncia uma reordenação entre as nações, que as incita a lograr uma participação condizente com suas potencialidades.

Na vanguarda desse processo é que temos de nos colocar, vencendo preconceitos isolacionistas desprovidos de qualquer sentido na atualidade. Abre-se-nos, nesta hora, concretamente, a possibilidade de transformar nossos imensos recursos naturais em recursos econômicos, ou seja, em riqueza; e, para isso, temos de conquistar uma ponderável parcela dos capitais disponíveis no mundo.

Vale observar que organizações financeiras e investidores empresariais que ora se preocupam em se resguardar das turbulências monetárias internacionais, buscando uma área de aplicação capaz de lhes assegurar rentabilidade e idôneas garantias de retorno, estão fixando sua atenção na América do Sul, reconhecendo que o Brasil, em parceria com as nações irmãs, dispõe de infra-estrutura em condições de otimizar o aproveitamento das nossas reservas minerais e vegetais, abrindo inúmeras frentes de trabalho e instaurando uma nova era de desenvolvimento auto-sustentado no continente.

Desde o Plano Real, demos passos decisivos no sentido da abertura da economia, rompendo com o padrão de autarquia que prevalecia há décadas. Combinada com a estabilidade cambial, a abertura para im-

portações foi o fator determinante da estabilidade interna dos preços, pela primeira vez, em muitos anos – insisto – sem controle formal do Governo. Esse movimento, naturalmente, foi o mais profundo no âmbito do Mercosul. Em qualquer direção, contudo, é um caminho sem volta, pois os recentes ajustes tarifários, limitados a um conjunto de bens de consumo específicos, vigorarão por prazo curto, podem ser alterados de acordo com a evolução da conjuntura externa e interna e não interferem na direção geral da política econômica externa.

Sabemos que esse caminho não está totalmente à margem de riscos. Nenhuma estratégia de desenvolvimento está. Mas estamos atentos para fazermos os ajustes no momento adequado, como acabamos de fazer.

Essa é a forma de aumentarmos nossa participação na renda global, numa economia cada vez mais sem fronteiras. E uma fronteira consistente também em defender o emprego e a capacidade de geração de renda domésticos. A determinação de meu Governo de atacar a fundo nossos gargalos de infra-estrutura obedece a esse objetivo estratégico de conquistar cada vez maiores espaços para a economia brasileira na economia global. Entenda-se, pois, que a internacionalização da economia não entra em contradição com a defesa dos interesses nacionais reais. Ao contrário, é um instrumento de sua realização.

O avanço da produtividade interna é condição essencial para a competitividade externa numa economia globalizada. A melhora de produtividade é fundamental para a estabilidade do câmbio, que é a âncora mais sólida para a estabilidade da moeda. Reforçar nossa produtividade, através de uma coerente política industrial, é o meio mais eficaz de evitarmos a trajetória de insucessos que marcou recentemente algumas economias emergentes.

A estrutura que estamos criando, com núcleo no Rio de Janeiro, materializa nossa determinação de iniciar imediatamente um programa, em larga escala, de aumento da produtividade básica da economia através da modernização e ampliação da infra-estrutura econômica.

Não estamos fazendo um programa para o Rio de Janeiro, mas um programa, no Rio de Janeiro, para todo o País, com reflexos positivos que se farão sentir, certamente, neste Estado, mas que se irradiarão por

uma região muito mais ampla. Trata-se de um programa entre entidades governamentais e a iniciativa privada, em favor do desenvolvimento da economia nacional, assinalando um novo padrão de relacionamento entre o setor público e o setor privado, que se tenciona venha a estabelecer-se como um novo parâmetro de referência para outros programas de modernização da infra-estrutura.

Os projetos prioritários visam oferecer aos setores empresariais múltiplas oportunidades rentáveis de produção e de circulação de bens. Desse forma, estamos articulando a política industrial e de investimentos com a política de combate à inflação e de estabilidade monetária.

Não são projetos estatais no sentido convencional. Ao contrário, o Governo se limitará às grandes definições estratégicas e ao apoio, através de suas empresas vinculadas aos empreendimentos, no levantamento do *funding*, cabendo ao setor privado uma participação efetiva no financiamento e no gerenciamento. A participação governamental terá primeiramente o caráter de coordenação, ficando a execução e a gestão sob o comando da iniciativa privada. Nesse sentido, é também um programa de privatização. Mas privatização de empreendimentos a serem feitos por exigência da modernização da economia, e não de projetos prontos.

Não encaramos o programa de privatização como uma questão ideológica. O tema está superado também como uma questão política, uma vez que, por grande maioria, o Congresso aprovou o programa que está em curso. Por isso estamos determinados a dar continuidade a ele e, eventualmente, a ampliá-lo, no que for considerado pragmaticamente importante para o desenvolvimento da economia como um todo. Pelo mesmo motivo, conservaremos um núcleo de estatais que, pelo porte e poder de alavancagem de recursos, for considerado instrumento eficiente para a nossa política global de desenvolvimento.

Algumas empresas estatais serão, por isso, convocadas para dar apoio aos empreendimentos de infra-estrutura que estamos determinados a implementar. É nesse sentido, aliás, que algumas delas legitimamente reivindicam uma função estratégica na economia. Elas são estratégicas menos pelo produto que industrializam, ou pelo serviço que prestam, e mais pela capacidade de mobilização de parcerias e recursos

para investimentos em setores básicos, essenciais para a modernização econômica, onde o setor privado não tem interesse ou condição para atuar isoladamente.

Entretanto, se o setor público está decidido a atuar como alavanca desses empreendimentos, é necessário o efetivo engajamento da iniciativa privada para o sucesso do programa, num esquema eficaz de parceria, atraente para ambas as partes. Faço convocação enfática ao empresariado, nacional e estrangeiro, para participar e trazer sua experiência, seus recursos e sua capacidade de gerenciamento, a fim de realizarmos esse programa com êxito.

Não faltará o apoio institucional do Governo para o sucesso de cada um desses empreendimentos. Em casos especiais, como o da segurança, nosso apoio terá necessariamente de ultrapassar o papel de coordenador, exigindo compromissos mais abrangentes, incluindo o aporte de recursos federais. Nos empreendimentos de caráter econômico, contudo, estou convencido de que os empresários, brasileiros e estrangeiros, perceberão as oportunidades abertas e procurarão aproveitá-las, combinando a legítima busca da rentabilidade e do lucro com a realização de investimentos de relevante interesse para a economia do País.

É para facilitar esse processo de cooperação entre o setor público e o privado que eu, ainda na condição de Senador, propus um projeto dando uma nova moldura jurídica para as concessões de serviços públicos, hoje já transformado em lei. Como Presidente, estou empenhado na reforma, entre outros, do capítulo da Ordem Econômica, da Constituição, de forma a abrir ou expandir o espaço da participação privada, inclusive internacional, em atividades produtivas de bens ou de serviços, algumas ainda exclusivamente em mãos do Estado.

De um ponto de vista objetivo, a conquista de um novo patamar de produtividade e competitividade externa, essencial para nossos objetivos de crescimento com estabilidade, exige o aprimoramento, sobretudo da infra-estrutura de transportes, comunicações e energia. É, portanto, fundamental que, inclusive para estimular o ingresso de novos recursos externos, as empresas que funcionam no País, com capital nacional ou estrangeiro, disponham-se a orientar seus investimentos

para esses setores, assumindo a responsabilidade de substituir os encargos estatais, assim liberando recursos públicos para se atender às necessidades prementes de resgate da nossa dívida social com milhões de compatriotas que constituem uma maioria sofrida e silenciosa da Nação.

Já no início de minha administração, determinei a elaboração de projetos de expansão da produção e da infra-estrutura, abrangendo todo o território nacional, inclusive em consonância com empreendimentos associados com países vizinhos. Foram selecionados 12 eixos de desenvolvimento em nosso país, cuja coordenação integrará ações de órgãos federais, inclusive da administração indireta, articulada com a participação orgânica dos estados e municípios envolvidos em sua área de influência.

Esse amplo programa de desenvolvimento começará pelo Estado do Rio de Janeiro, através da experiência-piloto da estrutura especial que estamos formalizando hoje. No Rio, o programa inicia-se pelo porto de Sepetiba, pelo Teleporto, pelo uso do gás natural de Campos e pela questão da segurança pública. Cada um desses projetos se desdobra em empreendimentos articulados e interligados, que sugerem a necessidade de uma instância própria de coordenação, que estou colocando em mãos de um experiente homem público, Raphael de Almeida Magalhães, como meu representante pessoal.

Dessa forma, o porto de Sepetiba, os ramais ferroviários que o acesam, os ramais rodoviários, o sistema de telemática que percorre a região sob sua influência, os serviços de energia existentes ao longo de sua área de influência, além de todos os serviços adicionais necessários ao funcionamento eficiente do sistema logístico – armazenagem, serviços portuários, alfândega, etc –, tudo tem de ser considerado como parte integrante do projeto e como elos de uma mesma cadeia. A sua área de influência atinge desde o Mercosul até os Estados do Paraná, de Goiás, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. De nada adianta termos um porto eficiente se os serviços que lhe são conexos, nesse largo espaço territorial, não forem, também eles, simultaneamente melhorados. O mesmo se aplica aos demais projetos.

Para que isso possa ter curso, nós estamos pedindo a cooperação da sociedade civil. Doutor Raphael, Doutor Mário Henrique Simonsen,

Doutor Eliezer Batista constituirão parte desse conselho, sem terem qualquer nomeação estatal e sem disporem eles próprios da capacidade de implementação, a qual fica nas mãos do Governo, na mãos dos Ministros, e tudo isso dentro do Ministério do Planejamento, que é o Ministério encarregado da definição de metas. Uma articulação dessa natureza requer o apoio constante do Governo do Rio de Janeiro, requer o apoio constante das prefeituras das regiões em que os projetos serão localizados, somente havendo uma coordenação, Sr. Governador. Sabe o Governador da minha disposição total de apoiar essa coordenação e também sei da aceitação e do entusiasmo do Governador por essa nova abordagem. Somente com essa cooperação integral, dos vários setores do Estado, juntamente com setores da sociedade civil, a partir dos empresários, é que poderemos efetivamente dar curso a um novo modelo de crescimento do Brasil, que tenha realmente a capacidade de atualizar a nossa maneira de realização de projetos. Trata-se de uma experiência, como aqui disse e repito, de alcance muito além do Rio de Janeiro e, na medida de seu sucesso, ela poderá se espalhar para outros setores do Brasil.

Quero ressaltar que, por trás dessas idéias, está uma concepção de desenvolvimento sustentável. Não se trata mais de colocar pólos de desenvolvimento, mas de fazer eixos de desenvolvimento, que têm efeitos sucessivos, que têm efeito de encadeamento de uns com os outros. Esse leque de possibilidades só terá viabilidade se a comissão recém-criada tiver, como espero que venha a ter, e terá, a capacidade de suscitar trabalhos específicos. Já existem aproximações com vários setores empresariais, tanto públicos quanto privados, e reitero aqui que a oposição é meramente formal. Nós temos que juntar esses esforços, tendo em vista um objetivo definido. A alavancagem de programas dessa monta requer a participação muito ativa de algumas empresas do Estado, que não se negarão a cooperar nesse esforço. Acredito que os projetos que existem por trás dessa formulação já têm substância suficiente para que possamos, Sr. Governador, no curso dos nossos mandatos, assistir ao renascimento de uma atividade econômica que permita gerar empregos, que permita realmente diminuir as desigualdades, que

tanto nos afigem. Que, sobretudo, sejam feitos dentro de uma preocupação constante no meu Governo, que é a preocupação com a estabilidade do Real, sem a qual a grande maioria da população não terá acesso aos benefícios que eventualmente viermos a gerar por instrumentos que têm efeitos inflacionários, que, portanto, poderão simplesmente concentrar mais renda, como aconteceu no passado.

Estou confiante, Doutor Raphael Magalhães, na sua ação coordenadora e na sua capacidade de cooperar com o conjunto dos Ministérios da República. Tenho certeza de que o Ministro José Serra, com a imensa capacidade de trabalho que tem, estará sempre atento e será um cuidadoso instrumento da transformação deste país na direção das metas que todos desejamos. Agradeço muito especialmente a aceitação por parte do Doutor Mário Henrique Simonsen, do Doutor Eliezer Batista, e a cooperação com o País neste momento, pois tudo isso nós fazemos pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil.